

**BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A. – Conglomerado
Prudencial**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, cujo lucro líquido no exercício foi de R\$ 156.046 mil (R\$ 45.458 mil em 31 de dezembro de 2020), os ativos totais, R\$ 8.544.670 mil (R\$ 8.519.888 mil em 31 de dezembro de 2020) e a carteira de crédito R\$ 2.532.626 mil (R\$ 2.415.392 mil em 31 de dezembro de 2020).

Dividendos:

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 se optou pelo não provisonamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 23 de Março de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos, e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das empresas consolidadas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Dezembro/2021	Dezembro/2020	PASSIVO	Nota	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Disponibilidades	4	595.963	119.449	PASSIVOS FINANCEIROS		6.269.453	6.492.146
ATIVOS FINANCEIROS		7.780.660	8.322.681	Depósitos	14	1.671.795	2.303.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.730.187	2.892.753	Depósitos à vista		147.287	119.296
Aplicações no mercado aberto		910.312	2.142.099	Depósitos a prazo		1.524.508	2.184.229
Aplicações em depósitos interfinanceiros		819.874	714.074				
Aplicações em moeda estrangeira		1	36.580	Relações Interdependências		55.271	27.489
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.177.845	1.846.372	Instrumentos financeiros derivativos	7	102.463	167.696
Carteira própria		1.642.574	1.400.912	Obrigações por empréstimos no Exterior	15.a	927.194	662.209
Vinculados Prestação de Garantias		535.271	445.460	Obrigações por repasses do Exterior	15.b	2.807.402	2.713.144
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	65.081	126.411	Carteira de câmbio	10	705.328	618.083
Relações Interfinanceiras		537.987	437.969	OUTROS PASSIVOS	16.a	118.625	39.387
Depósitos no Banco Central do Brasil - BACEN		3.015	2.647	PROVISÕES	16.b	68.684	94.759
Repasses Interfinanceiros	8	535.121	435.444	Fiscais, cíveis e trabalhistas		32.343	64.538
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(149)	(122)	Outras		36.341	30.221
Operações de Crédito		1.685.692	2.117.517	PASSIVOS FISCAIS		138.040	53.167
Empréstimos	9.a	1.688.319	2.120.928	Passivos tributários correntes	19.a	61.989	28.815
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(2.627)	(3.411)	Obrigações fiscais diferidas	19.c	76.051	24.352
Operações de Câmbio		1.583.868	901.659	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.949.868	1.840.429
Carteira de Câmbio	10	1.586.013	901.961	Capital:	18.a	1.559.699	1.559.699
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(2.145)	(302)	De domiciliados no país		2	2
OUTROS ATIVOS	12	38.258	31.401	De domiciliados no exterior		1.559.696	1.559.697
ATIVOS FISCAIS	11	122.391	39.239	Reservas de Lucros		427.681	271.635
Ativos tributários correntes		18.184	13.937	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a	(993)	3.299
Crédito Tributário		104.207	25.302	Hedge Fluxo de Caixa		(51.163)	(3.970)
INVESTIMENTOS		123	123	Ajustes Ref. Passivos Atuariais- CVM 600		(9.603)	(10.869)
IMOBILIZADO DE USO	13.a	3.404	2.809	Ajustes variação cambial investimentos		24.247	20.635
Outras imobilizações de uso		16.288	14.839				
Depreciações acumuladas		(12.884)	(12.030)				
INTANGÍVEL	13.b	3.871	4.186				
Ativos Intangíveis		14.457	13.489				
Amortizações acumuladas		(10.586)	(9.303)				
TOTAL ATIVO		8.544.670	8.519.888	TOTAL PASSIVO		8.544.670	8.519.888

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	20.a	159.324	202.244	177.066
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	140.334	199.459	197.955
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	228.281	184.757	218.141
Resultado de operações de câmbio	20.d	155.349	134.580	340.035
Despesas da intermediação financeira		(479.748)	(522.639)	(862.130)
Operações de captação no mercado	20.e	(53.098)	(80.693)	(50.399)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(426.650)	(441.946)	(811.731)
Resultado bruto da intermediação financeira		203.540	198.401	71.067
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.e	1.944	(1.059)	(675)
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.835)	37.965	27.535
Receitas de prestação de serviços	20.g	27.928	48.331	44.416
Despesas de pessoal	20.h	(41.169)	(77.245)	(66.583)
Outras despesas administrativas	20.i	(26.287)	(52.188)	(44.881)
Despesas tributárias	20.j	(8.159)	(14.645)	(11.439)
Outras receitas / (despesas) operacionais	20.k	(59)	101.518	114.481
(Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes	20.l	30.911	32.194	(8.459)
Resultado operacional		188.649	235.307	97.927
Resultado não operacional	20.m	6	16	56
Resultado antes da tributação		188.655	235.323	97.983
Imposto de renda e contribuição social	19	(75.782)	(75.672)	(50.102)
Imposto de Renda		(22.031)	(32.037)	(16.934)
Contribuição Social		(21.450)	(29.952)	(13.176)
Ativo Diferido Fiscal		(32.301)	(13.683)	(19.992)
Participações estatutárias		(2.380)	(3.605)	(2.423)
Lucro líquido do período		110.493	156.046	45.458
Quantidade de ações		1.559.699	1.559.699	1.559.699
Lucro por lote de mil ações - R\$		70,84	100,05	29,15

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SUMITOMO MITSUI
BANKING CORPORATION

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Lucro líquido do período	110.493	156.046	45.458
Resultado abrangente que podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:	(37.394)	(47.873)	8.112
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Variação de valor justo	(753)	(7.804)	6.022
Efeito Fiscal	339	3.512	(2.710)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior			
Variação de valor justo	9.980	6.567	19.636
Efeito Fiscal	(4.491)	(2.955)	(8.836)
Hedges fluxo de caixa			
Variação de valor justo	(77.216)	(85.805)	(10.909)
Efeito Fiscal	34.747	38.612	4.909
Resultado abrangente que não podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:	1.266	1.266	1.263
Ajustes Passivos Atuariais			
Variação de valor justo	2.302	2.302	2.296
Efeito Fiscal	(1.036)	(1.036)	(1.033)
Total de outros resultados abrangentes no período	(36.128)	(46.607)	9.375
Resultado abrangente total	74.365	109.439	54.833

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva Lucros				Outros Resultados Abrangentes				Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Estatutárias	Própios	Ganhos e Perdas - Hedge	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial			
							Investimentos no Exterior			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.559.699	13.260	212.917	(13)	2.030	(12.132)	9.835	-	1.785.596	
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					3.312	(6.000)				(2.688)
Ajuste passivos atuariais							1.263			1.263
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior								10.800		10.800
Resolução 4.524										
Lucro líquido do exercício									45.458	45.458
Reserva legal	18.c		2.274						(2.274)	-
Reserva estatutária	18.d		43.184						(43.184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.559.699	15.534	256.101	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	-	1.840.429	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.559.699	15.534	256.101	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	-	1.840.429	
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					(4.292)	(47.193)				(51.485)
Ajuste passivos atuariais							1.266			1.266
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior								3.612		3.612
Resolução 4.524										
Lucro líquido do exercício									156.046	156.046
Reserva legal	18.c		7.802						(7.802)	-
Reserva estatutária	18.d		148.244						(148.244)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.559.699	23.336	404.345	(993)	(51.163)	(9.603)	24.247	-	1.949.868	
Saldos em 30 de junho de 2021	1.559.699	17.808	299.380	(579)	(8.694)	(10.869)	18.758	-	1.875.503	
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					(414)	(42.469)				(42.883)
Ajuste passivos atuariais							1.266			1.266
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior								5.489		5.489
Resolução 4.524										
Lucro líquido do semestre									110.493	110.493
Reserva legal	18.c		5.528						(5.528)	-
Reserva estatutária	18.d		104.965						(104.965)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.559.699	23.336	404.345	(993)	(51.163)	(9.603)	24.247	-	1.949.868	

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SUMITOMO MITSUI
BANKING CORPORATION

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado	109.951	130.442	84.011
Resultado do período	110.493	156.046	45.458
Ajustes ao lucro líquido	(542)	(25.604)	38.553
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(10.954)	(16.705)	7.415
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	843	7.804	(611)
Ajuste de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.943)	1.059	675
Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras	28	27	74
Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas	2.415	3.394	709
Depreciações e Amortizações	1.026	2.137	2.585
Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais	340	(2.783)	66
Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes	(31.250)	(29.412)	7.616
Tributos Diferidos	32.301	13.683	12.318
(Atualização) Monetária / Reversão de Depósitos Judiciais	(219)	(395)	(337)
Provisões / Reversões para Gratificação de Pessoal	10.927	4.557	386
Outros	(4.056)	(8.970)	7.657
Variação de Ativos e Passivos	126.125	(51.705)	(706.891)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	272.395	498.855	(99.030)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(509.815)	(326.475)	489.607
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(111.592)	(72.263)	(231.671)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	352.464	432.609	(1.088.225)
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio	80.651	(596.807)	210.947
(Aumento) Redução em Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	80.459	70.929	1.423
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(34.139)	(38.790)	1.682
(Redução) Aumento em passivos tributários correntes	43.481	61.989	30.110
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(9.648)	(32.573)	(25.635)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(38.131)	(49.179)	3.901
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais	236.076	78.737	(622.880)
Atividades de Investimentos			
(Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível	0	(968)	(1.229)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	(173)	(1.449)	(995)
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos	(173)	(2.417)	(2.224)
Atividades de Financiamentos			
Aumento (Redução) em Depósitos	(541.454)	(631.730)	79.722
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	629.766	368.213	954.828
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos	88.312	(263.517)	1.034.550
Aumento / (Redução) das Disponibilidades	324.215	(187.197)	409.446
Disponibilidades no Início do Período	271.748	119.449	45.607
Equivalente de Caixa no Início do Período	1.566.857	2.230.568	1.894.964
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período	1.838.605	2.350.017	1.940.571
Disponibilidades no Final do Período	595.963	595.963	119.449
Equivalente de Caixa no Final do Período	1.566.857	1.566.857	2.230.568
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período	2.162.820	2.162.820	2.350.017
Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período	324.215	(187.197)	409.446

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Conglomerado”) têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil (“BACEN) divulgado por meio de Resolução nº 4.820, de 31/12/2013.

Nosso Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A (“Banco”) e pelos fundos de investimento SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado no Exterior Longo Prazo (“Fundo Onshore”) e SMBCB Offshore I (“Fundo Offshore”).

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O Banco é subsidiária integral de nossa casa matriz, SMBC Tóquio - Japão.

SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado no Exterior Longo Prazo (“Fundo Onshore”) e o SMBCB Offshore I (“Fundo Offshore”) são fundos de investimento proprietários e exclusivos ao Banco e tem como objetivo aplicar seus recursos em ativos de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial, podendo realizar, direta ou indiretamente, aplicações em ativos financeiros no exterior, com o objetivo de investir em diversos mercados, e utilizar instrumentos negociados no mercado de derivativos tanto para efeito de proteção da carteira (“hedge”) quanto para aumento da exposição do Fundo Onshore a quaisquer fatores de risco, de forma a proporcionar ao Banco uma forma de investimento em ativos de renda fixa e instrumentos financeiros derivativos.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução BCB nº 4.818/2020 .

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do Bacen e não se confundem com as demonstrações Contábeis Consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na Resolução CMN nº 4.280/2013 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Prudencial.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01)
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03)
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24)
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10)
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução BCB nº 4.877/20 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1)
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04)
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução CMN nº 4.636/18 – Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo (CPC 46)
- Resolução BCB nº 4.818 / 20 – Resultado por Ação (CPC 41)

Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução CMN nº 4.820, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das

entidades localizadas no país ou exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

O Conglomerado é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e pelos fundos SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“SMBCB Onshore”), no qual o Banco é cotista exclusivo, e SMBCB Offshore I (“Fundo Offshore”), no qual o SMBCB Onshore é cotista exclusivo.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Para efeito de consolidação os títulos e aplicações pertencentes à carteira do fundo SMBCB Onshore estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Alterações na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Conglomerado realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanço Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;

Apresentação em destaque das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

Outras informações

O Conglomerado não adotou a prerrogativa CMN n.º 4.818/2020 de divulgar demonstrações financeiras consolidadas anuais acompanhadas de notas explicativas selecionadas.

3 Principais práticas contábeis

O Conglomerado adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Conglomerado Prudencial é o Real.

As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Conglomerado Prudencial o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Conglomerado para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

f. **Intrumentos Financeiros Derivativos**

O Conglomerado realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios:

- Operações com futuros:

Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

- Operações *Swap e Non Deliverable Forward*:

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro-rata die*” até a data do balanço.

As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge*:
 - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício.
 - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
 - No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

g. Operações de crédito, câmbio e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Conglomerado que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Conglomerado faz uma provisão adicional, com base em metodologia interna, elaborada pela sua matriz.

O Conglomerado Prudencial possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Conglomerado. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do “*Obligor Grade*” - “grading” do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

O Conglomerado Prudencial contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima.

h. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

i. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem

estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

j. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizadas pelo prazo contratual de locação.

Atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera- se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativo (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

l. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

m. Depósitos

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os

critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida pela administração com base no parecer dos advogados, tendo em vista a possibilidade de perda na causa.

- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é 20% até 31 de dezembro de 2021, a partir dessa data a alíquota passa a ser de 25% até 31 de dezembro de 2021.

De acordo com a Lei 14.183/2021 a contribuição social apurada sobre o lucro ajustado foi majorada para 25% até 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir dessa data a alíquota volta a ser de 20%.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base

negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Isso porque, apesar da alíquota da CSLL vigente para o imposto corrente ser de 25% em 31/12/2021, a constituição dos créditos tributários são feitos pela alíquota estimada para sua realização, que no caso será de 2022 em diante.

p. Plano de benefícios a funcionários

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Conglomerado de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

Plano de Benefício Definido

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução BCB nº 4.877/2020 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

O Conglomerado adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde

2013.

q. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda deferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

r. Resultado não recorrente

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

4 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Disponibilidades	595.963	119.449
(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros	36.199	2.230.568
Aplicações no mercado aberto	-	2.142.099
Aplicações em depósitos interfinanceiros	36.198	51.889
Aplicações em moedas estrangeiras	1	36.580
Total de caixa e equivalentes de caixa	632.162	2.350.017

(*) Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	Dezembro/2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	-	-	910.312	910.312
Posição bancada	-	-	910.312	910.312
Letras Tesouro Nacional	-	-	580.198	580.198
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	330.114	330.114

Aplicações de depósitos interfinanceiros	36.198	423.377	360.299	819.874
Não ligadas	36.198	423.377	360.299	819.874
Aplicações em moeda estrangeira	1	-	-	1
Total	<u>36.199</u>	<u>423.377</u>	<u>1.270.611</u>	<u>1.730.187</u>
		Dezembro/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	2.142.099			2.142.099
Posição bancada	2.142.099			2.142.099
Letras Tesouro Nacional	1.492.051			1.492.051
Letras Financeiras do Tesouro	650.048			650.048
Aplicações de depósitos interfinanceiros	51.889	420.325	241.860	714.074
Não ligadas	51.889	420.325	241.860	714.074
Aplicações em moeda estrangeira	36.580			36.580
Total	<u>2.230.568</u>	<u>420.325</u>	<u>241.860</u>	<u>2.892.753</u>

6 Títulos e valores mobiliários

O Conglomerado não adota como estratégia de atuação a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Abaixo mais detalhes carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
(*)Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	1.112.209	921.010	1.236.518	1.240.183
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	52	52
Debêntures	530.065	529.606	163.704	153.659
Cotas de fundos de participação – FIP Brasil Sustentabilidade	300	641	638	641
	1.642.574	1.451.257	1.400.912	1.394.535
Vinculados à prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	535.271	536.286	445.460	445.784
	535.271	536.286	445.460	445.784
Total geral	2.177.845	1.987.543	1.846.372	1.840.319

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos

tributários, de R\$ (993) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.299 em 31 de dezembro de 2020).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

- **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** – O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.
- **Títulos indexados a taxas prefixadas** – O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte.
- **Cotas de fundos de investimentos** – O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.
- **Debêntures**: O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

As cotas de fundos e as debêntures estão registradas na custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap*, *Non Deliverable Forward* – NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Dezembro/2021		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP - Posição Ativa			
PRE x CDI	4.799	2.268	83.800

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

PRE x DOLAR	3.356	(796)	141.317
CDI x DOLAR	7.933	11.535	518.575
	16.088	13.007	743.692
NDF - Posição Ativa			
PRE x DOLAR	10.131	8.369	144.567
DOLAR x PRE	30.552	40.849	158.606
PRE x EURO	11	10	59
PRE x IENE	2.792	2.935	1.885.697
	43.486	52.163	2.188.929
Credit value adjustment (CVA)			
CVA	-	(89)	-
	-	(89)	-
Total	59.574	65.081	2.932.621

Dezembro/2020

	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP - Posição Ativa			
PRE x CDI	9.441	13.961	191.200
PRE x DOLAR	15.727	18.119	355.116
	25.168	32.080	546.316
NDF - Posição Ativa			
PRE x DOLAR	12.140	12.604	70.810
DOLAR x PRE	83.316	75.658	294.451
PRE x EURO	991	1.239	3.366
PRE x IENE	4.375	4.678	1.836.695
EURO x PRE	579	290	3.500
	101.401	94.469	2.208.822
Credit value adjustment (CVA)			
CVA	-	(138)	-
	-	(138)	-
Total	126.569	126.411	2.755.138

Dezembro/2021

	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP - Posição Passiva			
CDI x PRE	313	321	499
PRE x DOLAR	27.095	42.798	544.457
CDI x DOLAR	37.766	24.193	830.000
	65.174	67.312	1.374.956
NDF - Posição Passiva			
PRE x DOLAR	28.554	29.263	68.291

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

DOLAR x PRE	16.070	5.888	131.200
	<u>44.624</u>	<u>35.151</u>	<u>199.491</u>
Total	<u>109.798</u>	<u>102.463</u>	<u>1.574.447</u>
	Dezembro/2020		
SWAP - Posição Passiva			
CDI x PRE	570	776	1.319
PRE x DOLAR	5.197	4.541	82.232
CDI x DOLAR	<u>6.163</u>	<u>4.713</u>	<u>431.160</u>
	11.930	10.030	514.711
NDF - Posição Passiva			
PRE x DOLAR	26.859	29.974	74.375
DOLAR x PRE	124.074	132.136	443.001
PRE x EURO	78	(106)	3.714
PRE x IENE	584	662	542.731
	151.595	162.666	1.063.821
Total	<u>163.525</u>	<u>172.696</u>	<u>1.578.532</u>

1- Composição de valor nominal por vencimento

	Dezembro/2021			
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações de SWAP				
CDI x PRE	177	323	-	500
PRE x CDI	7.200	76.600	-	83.800
PRE x DOLAR	41.416	420.653	223.705	685.774
CDI x DOLAR	<u>72.000</u>	<u>308.325</u>	<u>968.249</u>	<u>1.348.574</u>
	120.793	805.901	1.191.954	2.118.648
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	130.907	81.951	-	212.858
DOLAR x PRE	80.583	163.039	46.184	289.806
PRE x EUR	59	-	-	59
PRE x IENE	875.697	1.010.000	-	1.885.697
	1.087.246	1.254.990	46.184	2.388.420
Total	<u>1.208.039</u>	<u>2.060.891</u>	<u>1.238.138</u>	<u>4.507.068</u>

	Dezembro/2020			
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações de SWAP				
CDI x PRE	223	597	499	1.319
PRE x CDI	107.400	-	78.200	185.600
PRE x DOLAR	302.234	109.869	28.745	440.848
CDI x DOLAR	<u>206.160</u>	<u>225.000</u>	-	<u>431.160</u>

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

LIBOR x DOLAR	-	-	2.100	2.100
	616.017	335.466	109.544	1.061.027
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	113.640	16.366	15.179	145.185
DOLAR x PRE	317.608	397.408	22.436	737.452
PRE x EUR	6.180	900	-	7.080
PRE x IENE	969.299	1.410.127	-	2.379.426
EURO x PRE	3.500	-	-	3.500
	1.410.227	1.824.801	37.615	3.272.643
Total	2.026.244	2.160.267	147.159	4.333.670

2- Composição do valor nominal por local de negociação

Dezembro/2021			
	Bolsa	Balcão	Valor nominal
Swaps	499	2.118.149	2.118.648
NDF	-	2.388.420	2.388.420
Total	499	4.506.569	4.507.068

Dezembro/2020			
	Bolsa	Balcão	Valor nominal
Swaps	1.319	1.059.708	1.061.027
NDF	-	3.272.643	3.272.643
Total	1.319	4.332.351	4.333.670

3- Comparação entre valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF, são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Futuros - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão

	Dezembro/2021				
	Valor de referência (contábil)			Total	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
FUTUROS -					
<i>Valor referencial</i>					
Compra					
Cupom Cambial	576.182	935.553	2.227.757	3.739.492	
Moeda	-	-	-	-	
Estrangeira	322.972	-	-	322.972	
Taxa de Juros	222.772	266.029	106.482	595.283	
	1.121.926	1.201.582	2.334.239	4.657.747	
Venda					
Cupom Cambial	-	27.799	18.897	46.696	
Moeda	-	-	-	-	
Estrangeira	696.167	-	-	696.167	

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

Taxa de Juros	-	606.259	148.823	755.082
	696.167	634.058	167.720	1.497.945
Total	1.818.093	1.835.640	2.501.959	6.155.692
Dezembro/2020				
Valor de referência (contábil)				
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
FUTUROS - Valor referencial				
Compra				
Cupom Cambial	-	280.988	1.718.009	1.998.997
Moeda				
Estrangeira	617.773	-	-	617.773
Taxa de Juros	720.449	2.207.957	138.815	3.067.221
	1.338.222	2.488.945	1.856.824	5.683.991
Venda				
Cupom Cambial	811.842	1.730.661	-	2.542.503
Taxa de Juros	-	39.588	451.020	490.608
	811.842	1.770.249	451.020	3.033.111
Total	2.150.064	4.259.194	2.307.844	8.717.102

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros à valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.746 (R\$ 9.511 em 31 de dezembro de 2020), e registrado em contas de resultado.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, e estão assim compostos:

Instrumentos financeiros derivativos	Resultado		
	2º Sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
“Swap”	(90.032)	(61.530)	(39.800)
“NDF”	126.242	175.084	401.588
Mercado de Futuros	194.256	70.437	(143.647)
Total	230.466	183.991	218.141

4- “Hedge accounting”

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco possuia operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

4.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado

Vencimentos - Valor Mercado					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	476.967	-	-	476.967
Total		476.967	-	-	476.967
Itens Objeto de “<i>hedge</i>”					
Passivo					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(157.715)		(428.271)
Valor do ajuste (nota 15b)			1.099		10.069
Valor de mercado			(158.814)		(438.340)
Total Valor a mercado Objeto de “<i>hedge</i>”			(158.814)		(438.340)
Instrumentos de “<i>hedge</i>”					
Ativo					
Futuros			476.967		438.763
Total Valor a mercado Instrumento de “<i>hedge</i>”			476.967		438.763

4.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa

Vencimentos - Valor Mercado

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	934.258	342.630	349.322	1.626.210
Total		934.258	342.630	349.322	1.626.210

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Itens Objeto de “hedge”		
Passivo		
Operações de repasse		
Valor atualizado pelas condições pactuadas		(2.048.602)
Instrumentos de “hedge”		
Ativo		
Futuros	1.626.210	1.346.502
Reserva de hedge de fluxo de caixa	(51.163)	(3.970)

O valor de R\$ (51.163) em 31 de dezembro de 2021 e R\$ (3.970) em 2020 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge.

8 Relações interfinanceiras

Refere-se à operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman). Os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 149 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2020):

	Dezembro / 2021		Dezembro / 2020	
	Repasses Interfinanceiros	Provisão	Saldo Contábil	Saldo Contábil
A vencer:				
Até 30 dias	777	-	777	688
De 31 a 60 dias	22.917	9	22.908	60
De 61 a 90 dias	22.447	9	22.438	153.547
De 91 a 180 dias	200.876	47	200.829	-
De 181 a 360 dias	56.357	23	56.334	-
Acima de 360 dias	231.747	61	231.686	281.027
Total	535.121	149	534.972	435.322

9. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão assim demonstradas:

a. Por operação

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	184.951	328.540
Comprar	6	12.002
Capital de giro	1.324.904	1.518.848
Notas de Créditos para Exportação - NCE	178.458	261.538
Total de operações de crédito	1.688.319	2.120.928

Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 10)	841.446	292.337
---	---------	---------

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 10)	2.861	2.127
Total da carteira de crédito	2.532.626	2.415.392
Garantias Financeiras Prestadas	2.317.310	2.258.264
Total Com Garantias Financeiras Prestadas	4.849.936	4.673.656

b. Por vencimento

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
À vencer		
Até 31 dias	176.423	289.683
De 31 a 60 dias	62.821	81.108
De 61 a 90 dias	506.563	189.474
De 91 a 180 dias	575.010	282.856
De 181 a 360 dias	673.546	724.182
Acima de 360 dias	538.263	848.089
Total	2.532.626	2.415.392

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2021 representam 89,49% da carteira de crédito (65,32% em 31 de dezembro de 2020), no montante de R\$ 2.266.559 (R\$ 1.577.704 em 31 de dezembro de 2020).

c. Por nível de risco (“rating”)

Dezembro/2021						
Nível de risco	% provisão 2.682	Total das operações	% da carteira	Provisão regular	Provisão adicional	Provisão total
AA	-	2.005.644	79,2	-	1.963	1.963
A	0,50	512.251	20,2	2.561	51	2.612
B	1,00	13.911	1	139	26	165
C	3,00	820	0	25	7	32
Total		2.532.626	100	2.725	2.047	4.772

Dezembro/2020						
Nível de risco	% provisão 2.682	Total das operações	% da carteira	Provisão regular	Provisão adicional	Provisão total
AA	-	2.408.207	99,7	-	3.665	3.665
A	0,50	7.185	0,3	36	12	48
Total		2.415.392	100	36	3.677	3.713

d. Por setor de atividade

	Dezembro / 2021	Dezembro / 2020
Setor privado		

Indústria	1.091.164	1.332.075
Comércio	844.697	421.601
Outros serviços	337.775	398.043
Setor Público		
Federal	258.990	263.673
Total	2.532.626	2.415.392

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Saldo inicial	6.717	3.713	3.038
Reversão de provisão	(1.951)	(1.985)	(1.734)
Constituição de provisão	6	3.044	2.409
Saldo final	4.772	4.772	3.713

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houveram operações recuperadas e renegociadas.

f. Garantias financeiras prestadas

O Conglomerado efetuou provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16. Os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 8.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.480 em 31 de dezembro de 2020):

	Dezembro / 2021		Dezembro / 2020	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	6.261	(25)	5.001	(16)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.763	-	13.369	(1)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	147.617	(203)	231.842	(209)
Vinculadas a Distribuição de TVM's - Oferta Pública	248.598	(1.243)	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	587.014	(1.182)	573.260	(1.397)
Outras Fianças Bancárias	810.287	(3.364)	472.075	(1.571)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	494.769	(2.857)	962.717	(2.286)
Total	2.317.309	(8.874)	2.258.264	(5.480)

10 Carteira de câmbio

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	Dezembro / 2021		Dezembro / 2020	
	Ativo		Ativo	
Câmbio comprado a liquidar		1.062.047		595.903
Direitos sobre venda de câmbio		528.600		306.999
Adiantamentos em moeda nacional recebidos		(7.495)		(3.068)

Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 - a)	2.861	2.127
Total	1.586.013	901.961
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	532.340	298.037
Obrigações por compra de câmbio	1.014.434	612.383
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9 - a)	(841.446)	(292.337)
Total	705.328	618.083

11 Ativo Fiscais

Estão representados pelos valores a seguir:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Crédito tributário – Base Negativa IR e CSLL	-	2.589
Crédito tributário- diferenças temporárias MTM	78.257	22.513
Crédito tributário – diferenças temporárias provisões	25.951	-
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	17.817	13.937
Outras antecipações de impostos	366	200
Total	122.391	39.239

12 Outros ativos

Estão representados pelos valores a seguir:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Material em Estoque	83	72
Despesas antecipadas	1.022	1.230
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	14.887	15.894
Rendas a Receber	1.636	3.320
Negociação e intermediação de Valores	15.281	7.629
Outros	5.349	3.256
Total	38.258	31.401

13 Imobilizado de Uso e Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está assim representado:

a. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Dezembro / 2021			Dezembro / 2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Instalações	10	4.395	(3.740)	655	949
Sistema de processamentos de dados	20	8.298	(6.118)	2.180	1.101
Móveis e equipamentos de uso	10	1.663	(1.327)	336	430
Sistema de comunicação	10	369	(215)	154	192
Sistema de segurança	10	302	(296)	6	6
Sistema de transporte	20	1.261	(1.188)	73	131
Total		16.288	(12.884)	3.404	2.809

b. Intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Dezembro / 2021			Dezembro / 2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software	20	13.825	(10.004)	3.821	2.977
Direito de uso	20	632	(582)	50	1.209
Total		14.457	(10.586)	3.871	4.186

14 Depósitos

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Depósitos à vista		Depósitos à prazo	
	Dezembro / 2021	Dezembro / 2020	Dezembro / 2021	Dezembro / 2020
Sem vencimento	147.287	119.296	-	-
Até 30 dias	-	-	79.548	132.840
De 31 a 60 dias	-	-	58.879	212.006
De 61 a 90 dias	-	-	118.611	171.889
De 91 a 180 dias	-	-	291.928	484.354
De 181 a 360 dias	-	-	424.055	489.660
Acima de 360 dias	-	-	551.487	693.480
Total	147.287	119.296	1.524.508	2.184.229

15 Obrigações por empréstimos e repasses

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue:

a. Obrigações por empréstimos no exterior

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de US\$ 166.167 (US\$ 127.443 em 31 de dezembro 2020) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 22 de julho de 2022, sujeitos às taxas de juros de até 0,57% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 927.194 (R\$ 662.209 em 31 de dezembro de 2020).

b. Obrigações por repasses do exterior

Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2021, correspondem a US\$ 502.930 (US\$ 519.394 em 31 de dezembro 2020). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,00% a.a. até 2,80% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 02 de janeiro de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.807.402 (R\$ 2.713.144 em 31 de dezembro de 2020):

Dezembro / 2021		
Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total

Obrigações por empréstimos no exterior	927.194	-	927.194
Obrigações por repasses do exterior	1.349.459	1.457.943	2.807.402
Total	2.276.653	1.457.943	3.734.596

	Dezembro / 2020		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	662.209	-	662.209
Obrigações por repasses do exterior	942.649	1.770.495	2.713.144
Total	1.604.858	1.770.495	3.375.353

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ 1.099 (R\$ 10.069 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 7, item 4.

16 Outros Passivos e Provisões

a. Outros Passivos

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Cobrança e arrecadação de tributos federais	974	392
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	354	483
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social <u>- COFINS</u>	1.026	580
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	-	331
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	378	192
Imposto Sobre Serviços – ISS	437	363
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	17	18
Impostos e Contribuições sobre salários	2.172	1.810
Negociação e intermediação de valores	87.365	8.784
Passivos atuariais	17.971	19.845
Programa de Integração Social	196	94
Resultado de exercícios futuros	1.539	2.779
Sociais e Estatutárias	5.767	3.374
Outros	207	216
Total	118.583	39.261
(*) Passivo circulante	118.583	39.261

(*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

b. Provisões

	Dezembro/2021			Dezembro/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2021

Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	32.343	-	32.343	64.538	-	64.538
Provisão para despesas de pessoal	22.916	-	22.916	20.157	-	20.157
Provisão para despesas gerais	4.551	-	4.551	4.584	-	4.584
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 9.f)	6.706	2.168	8.874	2.598	2.882	5.480
Total	66.516	2.168	68.684	91.877	2.882	94.759

17 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Entre os processos judiciais que envolvem o Conglomerado, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	4.043	3.931
ISS - SP (b)	15	-	54	612
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	103	101	-	-
PIS compensação (c)	-	3.189	-	-
PIS emenda constitucional (d)	1.007	774	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.674	9.518	9.674	9.518
Total	10.799	13.582	13.771	14.060
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	12.403	39.099	-	-
Trabalhistas (g)	9.141	11.857	1.116	1.834
Total	21.544	50.956	1.116	1.834
Total de provisões e depósitos judiciais	32.343	64.538	14.887	15.894

(a) O Banco possui processo fiscal relacionado a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, no qual é cobrado imposto sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica de rateio de resultados internos. O SMBCB obteve êxito no processo. Aguarda-se o levantamento do valor depositado judicialmente, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.043 (R\$3.931 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Os depósitos judiciais se referem à processos em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004. O SMBCB obteve êxito em um processo ainda existente e decisão desfavorável em outro processo. Foi realizado o provisionamento referente aos honorários sucumbenciais de R\$ 15 em 2021. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica, representa

o montante de R\$ 54 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2020). Houve trânsitos em julgado favoráveis ao banco cujos depósitos judiciais foram levantados nesse período.

(c) Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vinha sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendiam ao período de setembro de 2002 a outubro 2005 desse imposto. Em 31 de dezembro de 2021 o valor da provisão foi revertido, tendo em vista a decisão definitiva favorável ao Banco (R\$ 3.189 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC17/97, o qual discute a constitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2021, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do processo, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.007 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2020).

(e) O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 31% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial era possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$9.674 (R\$9.518 em 31 de dezembro de 2020). O processo em referência teve decisão favorável ao banco, e assim que houver o deferimento para levantamento do depósito judicial, o banco também fará a reversão da provisão.

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo. No mês de setembro de 2021, foi realizada revisão dos valores econômicos processuais consubstanciada na opinião de consultoria de peritos externos, onde a administração decidiu pela reversão contábil do montante de R\$ 29.567 constituídos. A revisão do cálculo, não alterou a estimativa utilizada pela administração e, não representa, em nenhum momento, correções de eventuais erros em estimativas passadas.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.403 (R\$ 39.099 em 31 de dezembro de 2020).

(g) A provisão refere-se à ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.141 (R\$ 11.857 em 31 de dezembro de 2020).

(h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre à desmutualização das ações da CETIP, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 103 (R\$ 101 em 31 de dezembro

de 2020).

Movimentação das provisões e das obrigações legais

	2021			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.582	11.857	39.099	64.538
Constituição de provisão	8	1.372	-	1.380
Atualização monetária	403	1.529	2.871	4.803
Reversões operacionais	(3.193)	(5.240)	(29.567)	(38.000)
Baixas por pagamento	-	(378)	-	(378)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.799	9.141	12.403	32.343
	2020			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.515	7.986	35.355	56.856
Constituição de provisão	860	4.980	-	5.839
Atualização monetária	144	965	3.744	4.853
Reversões operacionais	(160)	(798)	-	(958)
Baixas por pagamento	(777)	(1.276)	-	(2.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.582	11.857	39.099	64.538

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
	Quantidade de ações (mil)	Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2	2
Total	1.559.699	1.559.699

b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 404.345 (R\$ 256.101 em 31 de dezembro de 2020) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “ad referendum” da Assembleia Geral.

19 Imposto de renda e contribuição social

- a. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações	231.679	231.679	95.560	95.560
Reversão de prov passivos contingentes	(29.567)	(29.567)	-	-
Provisão de passivos contingentes	11.922	11.922	6.473	6.473
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.037	3.037	2.357	2.357
Provisões temporárias	(5.343)	(5.343)	6.167	6.167
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(16.657)	(16.657)	616	616
Ajuste a valor de mercado operações “hedge accounting”	(17.484)	(17.484)	6.660	6.660
Despesas não dedutíveis	8.369	945	3.345	922
Operações BM&F	(48.181)	(48.181)	(25.776)	(25.776)
Outras adições/(exclusões)	(395)	(395)	(315)	(315)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(9.035)	(1.648)	(28.526)	(27.800)
Lucro tributável	128.345	128.309	66.562	64.866
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3.o)	19.252	-	9.984	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3.o)	12.810	-	6.632	-
Lei Empresa Cidadã	(25)	-	(399)	-
Lei Rouanet	-	-	(84)	-
Ajuste CSLL – proporcional alíquota Contribuição social - 25% (nota explicativa nº 3.o)	-	(2.125)	-	(291)
	-	32.077	-	12.973
Total	32.037	29.952	16.133	12.682

b. Créditos tributários

Os créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social existentes anteriormente, tendo em vista a base tributável de 31 de dezembro de 2021 foram totalmente consumidos (R\$ 2.259 e R\$ 331 em 2020, respectivamente).

Já os créditos tributários sobre diferenças temporárias sobre provisões foram constituídos no ano de 2021 sob as alíquotas vigentes para a data da previsão da realização desses ajustes.

1. Composição do crédito tributário ativo em 31 de dezembro de 2021

Composição do crédito tributário	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Prejuízo Fiscal	-	2.259
Base Negativa da contribuição social	-	330
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	4.860	-
Ajustes temporários sobre provisão de perdas crédito	6.201	-
Ajustes temporários demais provisões	14.890	-
Marcação a mercado hedge objeto	495	4.531
Marcação a mercado swap	9.687	-
Marcação a mercado NDF	-	5.852
Ajuste títulos disponíveis para venda	1.662	-
Ajuste atuarial plano de saúde	5.896	6.267
Ajuste atuarial plano previdência	2.143	2.616
Ajuste <i>hedge accounting</i>	42.037	3.247
Ajuste temporário B3	16.336	-
Total	104.207	25.102

2. Previsão de realização do crédito tributário em 31 de dezembro de 2021

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2022	34.690	26.472	61.162
2023	7.437	5.997	13.434
2024	8.341	6.728	15.069
2025	5.626	4.537	10.163
A partir de 2026	2.429	1.590	4.379
Total	58.523	45.684	104.207

3. Movimentação do crédito tributário

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em Dezembro/2020	Realizações/Constituições	Saldo em Dezembro/2021
Prejuízo Fiscal	2.259	(2.259)	-
Base Negativa de CSLL	330	(330)	-
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	-	4.860	4.860
Ajustes temporários sobre provisão de perdas de crédito	-	6.201	6.201
Ajustes temporários demais provisões	-	14.890	14.890
Marcação a mercado <i>hedge funding</i>	4.531	(4.036)	495
Marcação a mercado swap	-	9.687	9.687
Marcação a mercado NDF	5.852	(5.852)	-
Ajuste títulos disponíveis para venda	-	1.662	1.662

Ajuste atuarial plano de saúde	6.267	(371)	5.896
Ajuste atuarial plano previdencia	2.616	(473)	2.143
Ajuste <i>hedge accountig</i>	3.247	38.790	42.037
Ajuste temporário B3	-	16.336	16.336
Total	25.102	79.105	104.207

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Realização do prejuízo fiscal - IR	(2.259)	(7.132)
Realização da base negativa - CSLL	(331)	(5.435)
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	4.860	-
Ajustes temporários sobre provisão de perdas de crédito	6.201	-
Ajustes temporários demais provisões	14.890	-
Marcação a mercado <i>hedge funding</i>	(4.036)	2.697
Marcação a mercado swap	6.314	(454)
Marcação a mercado NDF	(13.810)	1.631
Ajuste hedge CDI	-	358
Ajuste temporário b3	(21.681)	(11.599)
Marcação a mercado cotas fundo	(3.832)	(57)
Total	(13.683)	(19.992)

4. Valor presente do crédito tributário

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2022	31.041	23.687	54.728
2023	6.049	4.877	10.926
2024	6.170	4.976	11.146
2025	3.773	3.043	6.816
A partir de 2026	1.295	1.033	2.328
Total	48.328	37.616	85.944

c. Outros créditos tributários

O Banco possui ainda obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 76.051, que está relacionado com os ajustes a valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082.

As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados.

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 5.581, que não foram constituídos devido a incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20 Demonstração do resultado

a. Operações de crédito

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Rendas de empréstimos	103.208	140.483	94.533
Rendas de financiamentos e repasses	56.116	61.761	82.533
Total	159.324	202.244	177.066

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	69.991	105.878	73.285
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	70.343	93.581	124.670
Total	140.334	199.459	197.955

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receitas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs	3.256.274	6.564.959	8.508.268
Despesas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs	(3.027.992)	(6.380.202)	(8.290.127)
Total	228.281	184.757	218.141

d. Resultado operações de câmbio

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receitas com operações de câmbio	160.383	171.346	365.331
Despesas com operações de câmbio	(5.034)	(36.766)	(25.296)
Total	155.349	134.580	340.035

e. Operações de captação no mercado

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Despesas com depósitos à prazo	(51.576)	(77.345,10)	(46.918)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(136)	(414,80)	(826)
Despesas com operações compromissadas	(270)	(423,17)	(318)
Despesas com contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.117)	(2.509,59)	(2.337)
Total	(53.098)	(80.693)	(50.399)

f. Operações de empréstimos e repasses

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(430.706)	(450.916)	(813.428)
Ajuste Hedge - Repasses e empréstimos	4.056	8.970	1.697
Total	(426.650)	(441.946)	(811.731)

g. Receita de prestação de serviços

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receitas de tarifas e serviços	3.219	3.518	13.247
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a)	9.337	16.160	11.077
Rendas de garantias prestadas	15.372	28.653	20.092
Total	27.928	48.331	44.416

h. Despesas de pessoal

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Proventos	(25.896)	(45.240)	(40.582)
Encargos sociais	(8.743)	(19.706)	(14.549)
Benefícios	(3.843)	(7.724)	(7.470)
Honorários da Administração	(2.394)	(4.164)	(3.723)
Treinamento	(293)	(411)	(259)
Total	(41.169)	(77.245)	(66.583)

i. Outras despesas administrativas

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Despesas com aluguel	(3.101)	(5.835)	(5.206)
Despesas de processamento de dados	(11.382)	(22.363)	(16.921)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.275)	(5.445)	(5.265)
Despesas de comunicação	(4.517)	(8.665)	(7.369)
Despesas com serviços do Sistema Financeiro	(1.480)	(2.785)	(2.976)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(305)	(578)	(563)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(76)	(152)	(521)
Despesas de transporte	(78)	(141)	(117)
Despesas de material	(33)	(62)	(166)
Despesas de água, energia e gás	(97)	(237)	(239)
Despesas com serviços de terceiros	(296)	(569)	(505)
Despesas de propaganda e publicidade	(21)	(195)	(168)
Despesas de seguros	(182)	(443)	(238)
Despesas de promoções e relações públicas	(16)	(20)	(53)
Despesas de contribuições filantrópicas	(33)	(46)	(18)
Despesas de amortização e depreciação	(1.029)	(2.137)	(2.585)
Outras despesas administrativas	(1.366)	(2.515)	(1.971)
Total	(26.287)	(52.188)	(44.881)

j. Despesas tributárias

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
--	---------------------	----------------------	----------------------

COFINS	(5.707)	(10.169)	(7.773)
ISS	(1.426)	(2.473)	(2.256)
PIS	(927)	(1.652)	(1.264)
Outros	(99)	(351)	(146)
Total	(8.159)	(14.645)	(11.440)

k. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Reversão de provisões de garantias prestadas	(2.415)	(3.394)	(709)
Reversão de provisões operacionais	3.804	7.559	2148
Multas indenizatórias	14	15	297
Atualização de depósitos judiciais	219	395	314
Recuperação de encargos e despesas	617	1.281	2.943
Variação cambial	-	98.218	109.108
Outras despesas	(2.298)	(2.556)	(320)
Total	(59)	101.518	114.481

I. (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Despesas de provisões de passivos contingentes	(1.372)	(1.380)	(5.426)
Reversão de provisões de passivos contingentes	33.418	38.377	2.235
Atualização de passivos contingentes	(1.135)	(4.803)	(5.268)
Total	30.911	32.194	(8.459)

m. Resultado não operacional

	2º sem. 2021	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Outras receitas não operacionais	6	16	56
Total	6	16	56

21 Transações e saldos com partes relacionadas

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	539.570	44.149	-	-

Aplicações em moeda estrangeira no exterior (nota explicativa 5)	-	36.580	(3.527)	75.354
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vide (nota explicativa nº 20.g)	4.393	2.819	9.337	11.076
Obrigações por empréstimos no exterior	(927.194)	(662.209)	-	(253.267)
Obrigações por repasses do exterior	(2.807.402)	(2.713.144)	(318.769)	(404.769)
Total	(3.190.634)	(3.291.805)	(312.959)	(571.606)

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração

Para atendimento da Resolução nº 4.818/20 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido, como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Conglomerado Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária, ocorrida em abril de 2019, se manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Proventos	4.163	3.723
Remuneração variável	1.751	2.013
Contribuições ao INSS/FGTS	1.489	582
Total	7.403	6.318

Benefícios pós emprego

De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Conglomerado (nota explicativa nº 22).

O Conglomerado não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c. Outras informações

Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo:

- As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Conglomerado Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 1. 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 2. 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;
II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

- a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;
- b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;
- c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; e
- d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram efetuados pelo Conglomerado: empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuem qualquer participação acionária no Conglomerado.

22 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do Conglomerado foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data base de 31 de dezembro.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados, como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

a. Plano de Aposentadoria

O Conglomerado é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2021, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Valor presente das obrigações atuariais	37.565	42.920
Valor justo dos ativos do plano	(32.749)	(37.054)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	4.816	5.866
 Ajustes por diferimentos permitidos		
Passivo (ativo) atuarial líquido	4.816	5.866
 Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,30% a.a.	6,54% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	3,75% a.a.	6,35% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,27% a.a.	4,28% a.a.
Índice estimado de inflação	3,75% a.a.	3,25% a.a.

Tábuas Biométricas de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábuas Biométricas de entrada em invalidez	Tábuas "Mercer"	Tábuas "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,31/ (tempo de serviço+1)	0,31/ (tempo de serviço +1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

Análise de Sensibilidade

O valor presente da obrigação atuarial é sensível à variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

Valor Presente das Obrigações	Análise de Sensibilidade	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	833	1.107
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(813)	(1.076)

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Passivo (Ativo) atuarial líquido	13.155	13.979
Total	13.155	13.979
Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,38% a.a.	7,17%a.a.
Índice estimado de inflação	3,75%a.a. Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1) A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço) +1)	3,25%a.a. 0,15 / (Tempo de Serviço) + 1
Tábuas Biométricas de Rotatividade	55 anos	55 anos
Tábuas biométrica de entrada em aposentadoria	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10% Decrescendo de 7,90% a.a a 4,79% a.a	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10% Decrescendo de 7,90% a.a a 4,28% a.a
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção da Contribuição do Participante		

Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

23 Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de Gerenciamento de Capital

Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou, ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Conglomerado Prudencial e está definida na política de gerenciamento de risco operacional estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Conglomerado nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à diretoria do Conglomerado. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Conglomerado e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

O gerenciamento de risco operacional do Conglomerado Prudencial adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de gestão de risco operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades.

Neste modelo de gestão, a área de gestão de risco operacional é responsável por:

- i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional;
- ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados;
- iii. Elaborar relatórios periódicos;
- iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco;
- v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco.

A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas.

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para risco operacional, o Conglomerado adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA".

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco, bem como a responsabilidade da diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Risco de Mercado e Liquidez

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Conglomerado Prudencial adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado.

O risco de liquidez é a possibilidade do Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A política de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos limites para posições, dividido em limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de limites/diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o departamento de gerenciamento de risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VAR) paramétrico e testes de estresse.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Conglomerado Prudencial têm implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da diretoria e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha

níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco mercado e liquidez do Banco constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A diretoria do Conglomerado Prudencial é responsável por todas as informações divulgadas.

Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o risco de mercado e de liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do risco de crédito e podem se manifestar simultaneamente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Prudencial está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela diretoria do Banco.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco crédito do Banco, bem como a responsabilidade da diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Gerenciamento de capital

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer

face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do departamento de gerenciamento de riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos.

A principal fonte de informação para fins da cálculo para apuração do capital regulatório é o documento CADOC 2061 – DLO Demonstrativo de Limites Operacionais, submetido mensalmente ao BACEN, onde é detalhado todos os componentes do “PR” – Patrimônio de Referência, que será a base referencial para fins de adequação ao capital mínimo regulatório conforme pronunciamentos da Basileia III.

Para fins de apuração do capital mínimo requerido, o total do RWA é calculado através da soma dos ativos ponderados pelo riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\geq \text{RWA} = \text{RWAcPad} + \text{RWAmPad} + \text{RWOpPad}$$

O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados.

Índice da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando o índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Risco de Crédito	7.058.609	5.453.441
Risco de Mercado	649.402	425.001
Risco Operacional	383.746	336.392
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	8.091.757	6.214.834
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	1.994.214	1.835.710
Patrimônio de Referência Exigido (RWA 8%)	647.341	497.187
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.346.873	1.338.523

Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	24,65%	29,54%
----------------------------------	--------	--------

Caso o Conglomerado Prudencial necessite de capital adicional, o plano de contingência é o aumento de capital através de injeção de capital pela casa matriz SMBC Tokyo.

Qualquer incidente ou problema relevante deve ser imediatamente direcionado ao Comitê de Governança do Banco, que é o grupo designado à centralizar as decisões e definições de medidas para remediar quaisquer problemas relativos à adequação de capital.

O Banco, no intuito de adotar uma postura prospectiva e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de novos produtos e serviços, com a participação permanente do departamento de gerenciamento de riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco.

O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente e, em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar o tratamento adequado à adequação de capital.

Em caso de mudança relevante nos cenários, a divisão de Finance irá acionar a equipe de *IRM (Integrated Risk Management)* para que ela realize testes de *stress* sob condições mercadológicas e econômicas extremas.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de capital constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A diretoria do Conglomerado Prudencial é responsável por todas as informações divulgadas.

Mensuração de Valor Justo

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos na maioria de seus produtos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

- Nível 1 - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado, possuem alta liquidez e seus preços disponíveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os títulos disponíveis para a venda e os futuros da bolsa.

- Nível 2 - Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis em um mercado ativo, mas são apreçados a partir de preços cotados para instrumentos semelhantes ou técnicas de especificação que utilizem dados observáveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os SWAPs, NDFs e as Debêntures, em que a metodologia utilizada é o “*mark to model*”, o qual os *inputs* são coletados do mercado.
- Nível 3 - Precificação de ativos onde os dados não estão disponíveis no mercado. Sendo assim, de acordo com as melhores práticas de mercado, o valor justo de alguns produtos como Notas Promissórias e Letras Financeiras é calculado por meio do Spread de Crédito para incorporar o risco de crédito do emissor no preço do ativo.

24 Resultados recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Conglomerado considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das suas atividades.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

No que se refere ao impacto da Contribuição Social corrente no resultado do banco devido a majoração da alíquota de 20% para 25%, temos que o valor de despesa foi aumentado em R\$ 4.290 para 31 de dezembro de 2021.

25 Outros Assuntos

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à pandemia de Covid-19. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 como resultado deste evento subsequente e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia, não havendo assim impactos na capacidade operacional do Banco. Vale ressaltar que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes.

Em nosso melhor entendimento, a Administração do Conglomerado Prudencial conclui que, baseado na adequação de nossa base contábil de continuidade operacional bem como em nossos controles internos, não há em 31 de dezembro de 2021 incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado Prudencial.

Todavia, em caso de eventos ou condições adversas futuras que coloquem em risco a continuidade operacional, a Administração fará as apropriadas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sempre antecipando e alinhando tais fatos junto aos nossos auditores externos e regulador.